



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



RIO DE JANEIRO, RJ, 10 DE DEZEMBRO DE 2001

Em primeiro lugar, quero dizer que fico muito satisfeito de poder participar desta Conferência, que dá ênfase ao conhecimento como fator importante nas perspectivas de desenvolvimento.

É sobre essa matéria que gostaria de compartilhar com as Senhoras e os Senhores, que aqui vieram para intercambiar suas idéias sobre o progresso econômico, a justiça social, a inovação tecnológica, a sustentabilidade ambiental, a construção de instituições e a erradicação da pobreza.

Não há nenhuma novidade em falar, hoje, na Era da Informação. O novo desenho da economia fez do conhecimento um fator indispensável de produção. A inovação científica e tecnológica aproximou-se, mais do que nunca, do mundo do trabalho. A qualificação da mão-de-obra deixou de ser uma opção: passou a ser um imperativo.

Esta Conferência aponta para um aspecto que é, ao mesmo tempo, espinhoso e fascinante: o da relação entre o global e o local no conhecimento.

Já houve esforços de reflexão sobre métodos gerenciais e, neles, já houve quem propusesse o *slogan*: *Think globally and act locally*, ou em

português: “Pense globalmente e aja localmente.” Era um *slogan* inteligente, porque tocava naquilo que é fundamental: que a ação, por mais que se baseie em modelos universais, abstratos, é sempre ação em um contexto determinado e em circunstâncias específicas.

O excesso de abstração pode paralisar o agir, ou pode levar a uma ação que perde em eficácia, porque é mera repetição de modelos estrangeiros, mera apropriação de idéias que deram certo em outro lugar, mas que, quando transplantadas, podem revelar-se – e de fato se revelam freqüentemente – como “idéias fora do lugar”!

Essa é uma preocupação que está muito presente na reflexão sobre a história do Brasil e sobre a nossa formação.

Muitos autores apontaram, por exemplo, a dificuldade que as elites brasileiras oitocentistas, do século XIX, encontravam para aclimatar, em terras como as nossas, daquela época, que eram oligárquicas e escravocratas, as idéias liberais.

Essa dificuldade era real, mas não impediu que se delineasse uma configuração própria do liberalismo no Brasil, talvez com uma certa dose alta de hipocrisia, porque era um liberalismo que, até 1888, conviveu com a realidade de uma sociedade de base escravocrata. Tinha uma dose alta, mas não o monopólio da hipocrisia, porque em todos os países o liberalismo encontrava, no século XIX, uma realidade imperfeita.

É importante valorizar, portanto, a “cor local”, saber descobrir naquilo que ainda não foi consagrado mundialmente um saber que, estando enraizado na particularidade, tem o potencial de tornar-se universal.

Há muitos anos, escrevi um artigo que intitulei “A originalidade da cópia”. Ali, eu tentava mostrar, entre outras coisas, que no pensamento da Cepal–Comissão Econômica para América Latina, cujo Diretor-Geral se encontra entre nós, instituição na qual trabalhei, eu procurava mostrar o pensamento daquela casa, que teve uma importância muito grande nos anos 50, 60 e 70, e até hoje, na América Latina, sobre o problema do desenvolvimento latino-americano. Para a formação daquele pensamento confluíram várias idéias, que vinham de outras fontes e eram transplantadas para um contexto distinto na América Latina.

Minha conclusão era a de que quem compreendia o valor da contribuição da Cepal para a reflexão sobre o desenvolvimento entendia também como a reposição de idéias em novos contextos, longe de ser um processo meramente repetitivo, implica um enriquecimento. Daí o título de “A originalidade da cópia”.

A produção de uma “cópia original” – é uma contradição nos termos, mas existe – é parte da formação de todas as sociedades e resulta, precisamente, dessa lógica, pela qual as influências do conteúdo universal são assimiladas em situações que são únicas em sua particularidade.

Parece contraditório, e talvez de fato o seja, mas essa é uma contradição que é parte da vida, porque a vida não é feita apenas de cartesianismo. Há um tanto quanto de dialética no processo da vida, e essas contradições pelo menos a mim não chocam.

Os bons escritores, os que melhor conhecem a alma humana, sempre souberam disso: mais vale aprofundar-se na descrição de uma experiência individual específica, e nela encontrar a universalidade, do que perder-se em alegorias, em personagens que não têm substância.

Tolstoi, que sabia disso, começou o romance *Ana Karenina* dizendo que todas as famílias felizes são felizes da mesma maneira, mas cada família infeliz vive sua tristeza de forma única e inconfundível. Começou dizendo isso e, aprofundando-se na vivência específica daquela tragédia, escreveu um romance verdadeiramente universal.

Não sei sequer se a primeira parte do que disse Tolstoi era verdadeira, que todas as pessoas vivem a felicidade da mesma maneira. Certamente, também há maneiras muito específicas de viver a felicidade e o aprofundar-se em cada maneira específica talvez permita compreender melhor, se é que é possível, um sentido mais geral da felicidade.

O mesmo vale para a reflexão sobre o desenvolvimento e para os esforços de desenvolvimento para governos e para empresas.

Não há dúvida de que o processo de globalização envolve uma certa homogeneização das forças produtivas. Essa tendência vem de longe e já havia sido detectada por vários autores no século XIX, que identificaram no capitalismo mecanismos de expansão e difusão geográfica que levariam, em última análise, a uma mundialização.

Aliás, a título de curiosidade, embora eu não o leia há algumas décadas, porque não tive mais tempo, basta reler as partes finais de *O capital*, de Marx, para verificar-se que essa antecipação do que seria o que os franceses chamam de mundialização estava ali descrita, de uma maneira brilhante, no século XIX. Uma antevisão de que haveria uma expansão do modo de produção capitalista que seria avassaladora... isso foi escrito há 150 anos ou mais. Ou seja, não há, propriamente, uma novidade.

Em tempos mais recentes, esse processo ganhou novos impulsos e novos significados.

A partir dos anos 50, afirmou-se, cada vez mais, o papel de empresas transnacionais.

Mais adiante, essa tendência ampliou-se em razão das inovações tecnológicas, que produziram, de certa forma, o que se poderia chamar de a “morte da distância”, e em função da intensificação da globalização no âmbito financeiro, inclusive como resultado das novas tecnologias.

Isso, hoje em dia, é um truismo. Mas embora eu tenha feito a afirmação, há pouco, de que bastaria ler *O capital* – e não foi o único –, muitos autores do século XIX anteviam uma mundialização, às vezes até com um certo sentido etnocêntrico, bastante criticável, da idéia da superioridade de uma civilização sobre outras, mas havia esse sentimento. Mas não precisamos, a partir daí, imaginar que não haja, a cada instante, uma surpresa nova no mundo.

Refiri, há pouco, que a influência das multinacionais começou a fazer-se sentir fortemente nos anos 50. Pois bem, eu, nos anos 60, na Cepal, escrevi um pequeno livro, com um companheiro meu do Chile, Enzo Faletto, sobre esses processos. Dei ao livro o título de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Naquela ocasião, não havia a expressão “multinacional”. Refiro-me à segunda metade dos anos 60. A palavra “multinacional” não era de curso corrente. Ainda se falava em *trusts*, em cartéis.

Portanto, vê-se que, apesar da tendência ser antevista no século XIX, a sua concretização na forma atual é bem mais recente. Mesmo o papel dessas empresas chamadas multinacionais, que digo aqui que já nos anos

50 se faziam presentes, conceitualmente, ainda não se havia incorporado à discussão a idéia de multinacionais. Havia ainda a idéia de *trusts*, cartéis. Havia, ao contrário, a idéia de que a concentração de capitais nos países que, na linguagem da Cepal, se chamavam “do centro”, em contraposição à periferia, era de tal vulto que impediria, até mesmo, a industrialização da periferia, e que o imperialismo, aliado ao latifúndio, se oporia à industrialização da periferia.

Isso faz 50 anos. Hoje, ninguém ousaria dizer isso, depois que se viu a tremenda transformação ocorrida em vários setores do mundo, inclusive aqui, nesta parte do mundo, no Brasil e na América Latina, com o forte desenvolvimento industrial, feito não a partir de forças só, simplesmente, autóctones, mas também como projeção de participação e de investimento de forças, de capitais estrangeiros. Uma modificação bastante acentuada.

O fato é que, seja como for, com essa morte da distância por causa dos meios de comunicação, por causa do desenvolvimento tecnológico, a verdade é que há, hoje, uma certa homogeneização, que é inegável.

Hoje, não é raro que se encontrem produtos idênticos, às vezes vendidos com a mesma marca e na mesma loja, mas com distintas procedências geográficas na sua produção. A única diferença, quase imperceptível, é o nome do país em que foi produzido o artigo, em geral registrado na etiqueta em letras pequenas. A idéia que isso transmite é a de uma certa irrelevância da origem nacional do produto. Vale mais a marca, que se globaliza, do que onde foi produzido e o país no qual foi produzido, o que mostra a força imensa desses processos.

Mas também é indiscutível que há limites para essa homogeneização.

Já nos próprios produtos há espaço para a criatividade de cada povo, de cada cultura. E essa criatividade se manifesta. Além disso, o próprio processo de produção e de comercialização tem que se adaptar às condições de cada comunidade.

As empresas sabem disso, e isso é parte do que significa, como elas próprias dizem, “agir localmente”.

Existe, contudo, um plano em que as diferenças locais são ainda mais relevantes: este é o âmbito cultural. A globalização avança, mas

nela deve estar garantido o espaço da diferença. Há uma diversidade cultural que é inherente à própria pluralidade da experiência humana, e essa diferença cultural não é um problema, é uma vantagem, é um fator de força e de riqueza para todos os povos. Essa variedade soma-se às diferentes condições de formação histórica e socioeconômica de cada povo, de cada comunidade.

Tudo isso se reflete, necessariamente, nos esforços de desenvolvimento. Daí a importância de que cada país possa construir seu próprio caminho com liberdade, na democracia, fazendo escolhas informadas, responsáveis, buscando o que é melhor para seu povo.

É claro que há limites para a diferença. Em economia, por exemplo, na elaboração de um orçamento nacional, não há mágicas. A aritmética é a mesma em todos os países. Se se gastar mais do que se arrecada, haverá déficit. Se houver déficit, será preciso financiá-lo. E assim por diante. O que não quer dizer que os déficits necessariamente sejam maus. Em certas condições, produz-se o déficit porque é necessário para ativar a economia. Mas existem certas regras que também limitam essa variabilidade.

Ainda assim, garantidos os sólidos e responsáveis fundamentos macroeconômicos, há um espaço grande para a diferença. Mesmo porque, em matéria de desenvolvimento, nem tudo é macroeconomia. O desenvolvimento é muito mais do que o mero crescimento do produto nacional, como nós todos sabemos. Estão aí os estudos sobre “índice de desenvolvimento humano” para mostrar isso com toda evidência.

Para usar a expressão tão bonita de Amartya Sen, o desenvolvimento é a ampliação da liberdade em todas as esferas da vida. Talvez seja essa a definição mais excitante que se tenha feito sobre o desenvolvimento nos últimos tempos.

Tenho uma profunda admiração por Amartya Sen. E, ao considerar o desenvolvimento como a ampliação da liberdade em todas as esferas de vida, faz-se uma fusão muito importante entre os valores dos bens culturais, as formas de organizar a vida e a produção e os bens materiais. Precisamente, porque envolve diversas esferas da vida, e de forma simultânea – é que as respostas aos problemas do desenvolvimento devem estar enraizadas no conhecimento local.

Devo dizer que fiquei muito satisfeito de ver, na lista dos *conference papers* apresentados para este encontro – naturalmente, não tive tempo de ler cada um deles –, mas fiquei satisfeito de ver que os temas tratados cobrem um espectro muito significativo de experiências do desenvolvimento.

Um traz as estratégias de combate à Aids no interior da Bahia, aqui no Brasil. Outro fala da reforma agrária na Amazônia. Outro, ainda, das estradas rurais no Peru, e assim por diante. É uma riqueza impressionante de informação. É, na prática, a integração entre o saber local e o saber global.

Essa informação é valiosíssima para quem trabalha com o desenvolvimento, e os Senhores e as Senhoras sabem disso melhor do que eu.

Nos próximos anos, o êxito dos esforços de desenvolvimento vai depender, em boa medida, de questões que se decidem no âmbito global.

Hoje, vemos como o próprio ambiente político internacional afeta os esforços de desenvolvimento. O terrorismo não é apenas um desafio à paz e à segurança. A incerteza gerada pela violência tem efeitos que se difundem por toda a agenda internacional.

No plano global, penso, sobretudo, em questões como a do comércio internacional, que precisa avançar na liberalização e na eliminação de distorções que restringem a capacidade de os países em desenvolvimento fazerem valer suas vantagens comparativas no mercado mundial.

Talvez aqui valha a pena ressaltar o que tenho visto ser ressaltado pelo professor Nicholas Stern. Ainda recentemente, em Lima, compareci a uma palestra do doutor Nicholas Stern, que nos falou exatamente da importância do comércio para as economias em desenvolvimento. Mas isso não quer dizer – e ele mesmo nos alerta, em uma entrevista que li, hoje, dada pelo professor Nicholas Stern – isso não significa que se deva entrar de uma forma ingênua nesse processo de negociação de abertura das nossas economias. As discussões sobre os subsídios ao setor agrícola nos países ricos, o uso indiscriminado do *antidumping* para fins protecionistas têm que fazer parte, necessariamente, dessa agenda de liberação do comércio, senão existe uma limitação muito grande em prejuízo dos países em desenvolvimento.

Na conferência de Lima, o professor Nicholas Stern mostrava que os países que mais se integraram ao comércio global cresceram mais rapidamente do que os outros. E demonstrava, também, que o protecionismo golpeia, sobretudo, os países mais pobres.

Essa reposição da temática do protecionismo e do liberalismo, à luz dos dias de hoje e dos interesses específicos de cada país, é que está em jogo neste momento e é central no que diz respeito à discussão sobre os problemas globais do desenvolvimento. E tem a ver, também, com o que eu disse no início e que são percepções naturalmente, hoje, compartilhadas. Ou seja, há uma dialética entre o universal e o particular, entre os interesses que se colocam em nível mundial e os interesses que se colocam em nível específico. Se nós esquecermos essa dialética – que às vezes é contraditória, como toda dialética, e às vezes podem ser soluções que sejam compartilhadas –, se nós esquecermos esses movimentos, vamos nos ater apenas a formulações abstratas: “Sou pelo protecionismo ou sou pelo liberalismo.” Nem uma coisa nem outra. Depende das circunstâncias, depende dos interesses em jogo e depende da capacidade política que se tenha de definir qual é o interesse em cada momento específico para cada nação, de um grau maior ou menor de abertura.

O que é inegável – e aí eu fico com o professor Nicholas Stern – é que a ampliação do comércio produz riqueza. E, ao produzir riqueza, pode produzir também melhor bem-estar, desde que as políticas públicas e as políticas efetivas em cada país se apropriem de forma adequada dos resultados desse crescimento que pode derivar do comércio.

A reunião que nós tivemos em Doha representou um passo importante que, agora, deverá desdobrar-se em avanços concretos nas negociações que se seguirão.

Há ainda muitos problemas no âmbito do sistema financeiro. Esse sistema financeiro precisa tornar-se mais estável, menos sujeito a crises e turbulências.

Em uma economia globalizada, a crise do sistema financeiro é ruim para todos, e nenhum país pode acreditar-se isolado ou imune às ondas de choque que se propagam nas situações de dificuldade. Porém, nas horas difíceis, os mais fracos levam sempre a pior. As moedas dos países

em desenvolvimento são sempre colocadas sob suspeita. E os institutos de avaliação de risco dão-nos sempre notas baixas, como se fôssemos estudantes prestando exames, em sabatina, e, muitas vezes, a avaliação negativa termina por ser um dos fatores que produzem uma situação negativa, porque cada vez mais perdem nitidez as fronteiras entre a economia e a psicologia: as expectativas dos atores, certas ou erradas, são tão importantes quanto os fatos.

Como sociólogo, não digo isso com alegria, não, digo com certa tristeza, era mais fácil analisar o mundo quando os fatos pesavam mais que as expectativas, no plano global. Ficou mais etérea a capacidade de explicação. Mas a verdade é que assim, cada vez mais, a psicologia substitui ou, se não substitui, está ao lado da análise propriamente dos fatores econômicos na explicação dos processos que estão em marcha.

De qualquer maneira, o que quero dizer é que é preciso fortalecer uma nova arquitetura do sistema financeiro, bem como o papel do FMI, do Banco Mundial e de outras agências multilaterais de crédito, e que será preciso encontrar formas para reduzir a volatilidade excessiva dos fluxos de capital.

Nenhuma dessas questões globais tem respostas exaustivas para o desafio do desenvolvimento. São condições necessárias, mas não são suficientes.

E talvez aqui o nosso pensamento político-social e econômico ainda esteja a dever-nos mais para explicar melhor como se dão esses jogos de poder e os jogos do desenvolvimento nas condições do mundo atual com essa globalização, que costumo chamar sempre de assimétrica. E uma globalização que, como já disse aqui, é óbvia não pode ser imaginada como algo que tenha uma só voz, uma só via, senão que é uma globalização que, a despeito dos fatores de homogeneização, contempla, também, fatores de especificação. E esse jogo entre o que é específico, o interesse de cada um, e o interesse global é que faz a trama da história.

Acredito que teremos de repensar muito o processo de desenvolvimento. Não só em termos de que o local pesará crescentemente, ou seja, apenas as condições globais não vão assegurar um desenvolvimento no sentido pleno, no sentido pelo menos de Amartya Sen, de mais opções,

mais liberdade para cada ser humano. Nenhum ser humano vai ter liberdade se não tiver caminhos concretos, diferentes entre os quais escolher. O caminho da miséria não é um caminho, é uma não-escolha. Quando uma pessoa está sem possibilidade de ter um acesso que permita melhorar a sua vida, ela não tem liberdade, ela tem uma não-escolha. Portanto, o desenvolvimento é criar esses novos caminhos em todos os níveis da sociedade. Mas não só isso, senão que também, ao nível das grandes estruturas do mundo – me referi a algumas delas –, é preciso haver um repositionamento do pensamento.

Quando se via, no passado, uma oposição ou uma diferenciação tão nítida entre o Estado e a sociedade civil, até que ponto, hoje, isso permanecerá assim? Até que ponto será possível continuar pensando o Estado como algo à parte da sociedade civil? Até que ponto, hoje, com as ONGs, com os vários mecanismos de flexibilização do Estado, já não existe um campo, uma interface muito mais ativa entre o Estado e a sociedade civil?

Por outro lado, no passado, era tão nítido que o Estado era pensado como um instrumento de dominação de classes. Na medida em que as estruturas de classe mudaram tanto, em que o Estado também mudou tão profundamente as suas estruturas, pelo menos alguns Estados mudaram tão profundamente, até que ponto essa idéia se manterá?

Não obstante, no mundo contemporâneo, houve uma espécie de operação ideológica pela qual as oposições de classe desapareceram, e dá a impressão, freqüentemente, de que é a sociedade, no seu conjunto, contra o Estado, como se o Estado fosse a substância de todo o mal e a sociedade civil a substância de todo o bem. Obviamente, existe aí uma hiper-simplificação muito negativa que não capta a realidade nem da sociedade nem do Estado. Nem a sociedade pode ser considerada, em si mesma, um bem, a sociedade civil, porque ela mantém diferenças muito fortes, nem o Estado, em si mesmo, um mal. Até porque, se fosse uma oposição do Estado com a sociedade, onde se sustentaria esse Estado? Seria um Estado ectoplasmático, como dizem os espíritas, que fica flutuando ao lado da sociedade, sem raízes nela? Ou se pensa o Estado, sociologicamente, como alguma coisa que tem uma interseção com a sociedade, e então as

análises têm de ser de outra natureza, muito mais sutil, para permitir, efetivamente, entender a dinâmica do Estado com a sociedade?

Mas isso em um nível muito simples ainda, porque, na verdade, pode-se projetar para um plano mais complexo e perguntar: até que ponto esses Estados, tal como eles existem hoje, estão sem capacidade efetiva de determinar os grandes cursos da história? Ou a globalização, a mundialização já limitou essa possibilidade? E, no reverso: até que ponto as sociedades civis podem ser pensadas nacionalmente, quando existe a Internet e quando existe uma espécie de cidadania planetária?

A teoria político-social, pelo menos aquela que conheço, que já está defasada, certamente, não dá conta desses processos. Muito freqüentemente, esses processos são descritos à luz de teorias e de interpretações de outra época.

Há, portanto, aqui também, para os que refletem sobre o desenvolvimento, uma imensa quantidade de questões a serem resolvidas e uma avenida de teoria aberta, extraordinária, para desafiar a mente dos pesquisadores, que, ao mesmo tempo, vão se aprofundar, crescentemente, no local e, ao mesmo tempo, poderão repensar a teoria geral, ousaria até dizer, da civilização contemporânea, na medida em que essa civilização existe pelo menos como um projeto de uma civilização. E eu até diria em outros termos: pensar a humanidade, que é alguma coisa que, no passado, não era pensável, dadas as diferenciações tão grandes. Quem sabe, hoje, seja possível repor a questão da humanidade em termos teóricos.

Mas não queria avançar tanto nessas matérias, aqui, de uma maneira um pouco *à la legère*, falando sobre elas.

A verdade é que – repito – nenhuma dessas questões globais traz respostas exaustivas para o desafio do desenvolvimento. São condições necessárias, mas não suficientes.

Em última análise, o desenvolvimento é mesmo o resultado do trabalho e da inteligência. É resultado do esforço de cada comunidade, aproveitando o melhor do conhecimento global, mas partindo sempre da sua própria experiência e dos seus valores, seus objetivos.

O importante desta Conferência são os seus trabalhos, como uma contribuição nesta direção.

Por tudo isso, é realmente com muito prazer que tirei alguns momentos da minha rotina mais burocrática e, às vezes, política para vir aqui desejar muito êxito e dar meus parabéns pela qualidade dos poucos trabalhos que pude ler e desejar que, sobretudo, aproveitem e sejam bem-vindos. E não se esqueçam de que estão em uma cidade que é, efetivamente, uma das mais belas, certamente, do Brasil, e, com os exageros próprios nossos, brasileiros, uma das mais belas do mundo.

Assim, aproveitem não só para avançar nos trabalhos teóricos, mas para ver um pouco a experiência da vida cultural e da vida social no Brasil e no Rio de Janeiro.

Muitíssimo obrigado.